

CLIMA

Chuva volta hoje e previsão é de que fique até sábado no Estado

Os gaúchos mal puderam se acostumar com o retorno do sol e já terão de encarar mais uma leva de chuva. A previsão aponta que a instabilidade volta com força hoje. A precipitação, que chegou antes às regiões Sul, Oeste e da Campanha, deve se espalhar por todo o Estado. Nas metades Sul e Oeste, há chance de temporais, e na Norte, a chuva terá menor intensidade.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) alerta que, na manhã desta quarta-feira, há possibilidade de chuva, moderada a forte, com trovoadas, queda de granizo e rajadas de vento que variam de 60 a 90 km/h em áreas isoladas da Campanha e do Sul.

De acordo com a Defesa Civil, devido ao sistema de baixa pressão, uma frente fria chega ao Estado, possibilitando chuva mais intensa

na quinta-feira, com risco de temporais. À tarde, no entanto, a chegada de uma massa de ar frio favorece a volta do tempo firme.

Hoje, a temperatura varia entre 11 e 33 graus no Estado. Amanhã será um pouco mais frio, e os termômetros ficam entre 12 e 28 graus. Na quinta-feira, a temperatura pode cair ainda mais, chegando a uma mínima de 8 graus, com máxima de 28. Na Capital, a quarta-feira será quente, com máxima de 33 graus e mínima de 19. Na quinta-feira, a temperatura cai um pouco, variando entre 19 e 24 graus.

A terça-feira ainda foi de sol em boa parte do Estado. A temperatura mais alta, de 33,6, foi sentida em Uruguaiana, e a mais baixa, de 9,2 graus, em São José dos Ausentes. Na Capital, os termômetros variaram entre 17 e 31,6 graus.

MARCELO G. RIBEIRO/JC



Terça-feira ainda foi de sol e altas temperaturas em Porto Alegre



Eventos de sucesso marcam.

SEJA MEMORÁVEL CONOSCO.

- 20 opções de salas
- Diversas formas de eventos
- Capacidade para mais de 5000 pessoas simultaneamente

ritterhotels.com.br • 51 3228-4044



TRANSPORTE COLETIVO

Nunca licitado, ônibus metropolitano é alvo do MP

Para promotora, ausência de certame gera inegável prejuízo ao erário

Isabella Sander

isabella@jornaldocomercio.com.br

O sistema de transporte na Região Metropolitana nunca foi licitado, mesmo sendo obrigatório desde 1967 e alçado a princípio constitucional desde a Constituição de 1988. Operado por empresas privadas, o sistema foi alvo de prorrogação de concessões por um período de 20 anos, e, com mais outros adiamentos, o serviço foi mantido dentro da lei estadual dessa maneira até dezembro de 2010. Desde então, encontra-se ilegal.

Por esse motivo, após sucessivas tentativas de acordo, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) entrou com ações contra o Estado, a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) e as empresas que operam o sistema. “A ausência de licitação gera inegável prejuízo ao erário, decorrente da não seleção da proposta mais vantajosa ao poder concedente e ao usuário, que tem direito à modicidade da tarifa do serviço de transporte coletivo”, aponta a promotora Luciana Maria Ribeiro Alice, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre.

A promotora enfatiza as recorrentes reclamações sobre a qualidade do serviço prestado, e que “não existe fiscalização concreta do atendimento aos requisitos ao desempenho das funções que estão na Lei Geral de Concessões, tampouco da qualidade dos serviços”. Sugere que há indicativos de que a situação de contrato precário é mais vantajosa do que regularizar o sistema, uma vez que a Metroplan já abriu dois editais de



MARCELO G. RIBEIRO/JC

Empresas que operam linhas metropolitanas estão ilegais desde 2010

licitação para contratar uma consultoria para elaborar estudos para deflagrar o processo, mas um foi cancelado e outro, revogado.

Depois do ajuizamento de ações por parte do MP-RS, um terceiro certame foi aberto. No entanto, o cronograma previsto no edital indica que o término dos trabalhos ocorreria após o fim da gestão do atual governo. Com a consultoria orçada em mais de R\$ 4 milhões, Luciana mostra dúvidas quanto à sua efetiva contratação. “Nas atuais circunstâncias econômicas do Estado, imprevisível se e quando será firmado tal contrato e se eventuais pagamentos contratados serão adimplidos”, avalia.

A promotora recorda o projeto de extinção da Metroplan, que poderia fazer com que o trabalho fosse reiniciado do zero, diante da demissão dos servidores atuais. Considera, também, indevido impor que a licitação só pode ocorrer depois de um estudo do transporte de todos os 34 municípios da Região Metropolitana, “que

envolvem linhas delegadas a várias e diferentes empresas, muitas delas sem qualquer sobreposição conhecida”.

Sete ações civis públicas já foram ajuizadas contra a Metroplan, o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (Daer), o Estado e as empresas Expresso Rio Guaíba, Via Nova/Sogal/Viação Montenegro, Vicasa, Sogil, Real Rodovias, Central e Citral, para que sejam feitas licitações para o transporte coletivo metropolitano. Diante da negativa de dois pedidos liminares em relação às ações propostas contra Vicasa e Viação Montenegro/Sogal/Vianova, o MP-RS impetrou agravos de instrumento junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) para garantir que sejam deflagradas as licitações para os serviços. A situação é idêntica em relação a Porto Alegre, que, após ajuizamento de ação civil pública em dezembro de 2013, realizou concorrência pública e, em 2015, foram assinados os contratos de concessão do serviço.

PAMPAS SAFARI

Audiência sobre cervos termina sem acordo

Não houve acordo, ontem, em audiência de conciliação envolvendo entidades ligadas à causa animal e proprietários do Pampas Safari, em Gravataí, sobre o destino de cerca de 300 cervos que estão no local. Em agosto, os donos do parque obtiveram, junto à Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Secretaria Estadual da Agricultura e do Meio Ambiente, autorização

para o abate, em meio à suspeita de um surto de tuberculose. A decisão, porém, é questionada por ativistas, que colocam em dúvida o risco de epidemia e buscam alternativas para cancelar o processo.

Segundo a deputada estadual Regina Becker (Rede), autora de uma ação popular que suspendeu as mortes, foi proposta a transferência dos animais para um santuário, mas a ideia foi rejeitada pelos proprietários, que desejam dar conti-

nuidade ao abate. Na frente do fórum, ativistas promoveram um ato contra o sacrifício dos animais.

No momento, o abate não está autorizado. Mesmo que a 21ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul tenha, no início do mês, cassado a liminar que impedia o sacrifício, uma decisão administrativa da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí proíbe tanto a retirada dos animais do local quanto o abate.